

FERNANDO A. NOVAIS

APROXIMAÇÕES
ESTUDOS DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

As dimensões da Independência

Neste breve estudo, procuraremos apenas apontar as conexões mais importantes que vinculam o movimento de independência de nosso país ao processo mais amplo e profundo da crise geral do Antigo Sistema Colonial da época mercantilista. Efetivamente, do mesmo modo que é impossível uma compreensão verdadeira da forma que assumiu a colonização portuguesa nas terras americanas, sem relacioná-la continuamente às coordenadas estruturais daquele sistema, como procuramos indicar em trabalhos anteriores, pela mesma razão não se pode entender a separação e a autonomização da Colônia sem inserir esses eventos nos mecanismos de superação do antigo colonialismo. É contudo evidente que não se pode pretender dominar, num rápido ensaio de dimensões reduzidas, todos os componentes de um processo tão vasto e complexo; tudo quanto pretendemos são considerações gerais, demarcando as principais linhas de força desse decisivo ponto de inflexão da história do Ocidente, com vistas a um equacionamento fecundo do problema, que abra caminho a novas indagações.

Por outro lado, somente esta perspectiva possibilita superar certas distorções ou mesmo falácias a que não têm escapado os estudos correntes sobre a Independência do Brasil. Por exemplo, os estudos de história econômica, talvez por enfocarem uma única dimensão da realidade histórica, tendem muitas vezes a minimizar o significado da emancipação política. Segundo essa perspectiva, a Independência teria sido quase que simplesmente uma transferência de tutela, da portuguesa para a inglesa,

* Publicado originariamente em Carlos Guilherme Mota, *1822: dimensões* (São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 15-26).

a Inglaterra seria como uma nova “metrópole”; na realidade nenhuma modificação fundamental teria ocorrido. Uma repercussão danosa dessa maneira de ver esse momento de nossa história é que os estudos de história econômica não se constituem, assim, em base para uma crítica das teorias do desenvolvimento, com as quais se procura equacionar a situação latino-americana contemporânea. Para o historiador, o pecado capital dessas teorias é justamente igualizar em categorias genéricas as mais díspares situações históricas (por exemplo, a noção de “sociedade tradicional” nas etapas de Rostow). A fim de que os estudos históricos, a nosso ver, possam servir de base para a revisão crítica das teorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento, devem eles orientar-se para a identificação da peculiaridade de cada situação histórica específica.

No pólo oposto, os estudos tradicionais, mais antigos, de história geral do Brasil, por se aterem quase que exclusivamente aos aspectos políticos, acabam por conferir à emancipação política uma dimensão que não teve, nem poderia ter. A análise por vezes minuciosa dos acontecimentos políticos, centrada nos debates parlamentares do primeiro Império, dão por vezes a impressão de que o centro de decisões de nossos destinos, em todos os níveis, se transferira realmente para dentro de nossas fronteiras, como se estivéssemos desvinculados do resto do mundo. Assim, a persistente dependência econômica acaba por parecer um resultado da inépcia da geração que promoveu a independência, sem se levar em conta os parâmetros que balizavam a ação daqueles estadistas. A virtude necessariamente não está no meio, mas a procura de compreensão do passado tem de integrar (ou pelo menos tentar combinar) os vários níveis da realidade: os problemas econômico-sociais, o processo político, os quadros mentais disponíveis, a partir dos quais os atores do drama podiam apreender os problemas emergentes. O enfoque a partir da análise do Sistema Colonial e da sua crise talvez se possa constituir num caminho para essa compreensão.

Mas há ainda uma terceira distorção que importa caracterizar. Alguns autores portugueses e brasileiros assumem, ao estudar a formação brasileira, uma postura fundamentalmente inversa da perspectiva aqui assumida – o Brasil nunca teria sido colônia, o Sistema Colonial seria um fantasma. Tal visão prende-se, por um lado, à identificação de certas peculiaridades da colonização portuguesa (em confronto com a de outras metrópoles européias), que são reais, mas não anulam as linhas mestras do Antigo Sistema Colonial (estrutura global, subjacente

ao processo conjunto da colonização européia da Época Moderna), e antes devem ser compreendidas a partir dessas linhas. Por outro lado, sobretudo em autores portugueses de linhagem tradicionalista, esse enfoque resulta da constatação de que Portugal não acompanhou, na época mercantilista, o ritmo de desenvolvimento econômico das principais potências européias: em suma, posto que detentor de extensas colônias, não assimilou os estímulos econômicos para desencadear no fim do período um processo de industrialização. Ora, este é efetivamente um dos problemas capitais da história portuguesa: identificar os fatores pelos quais, apesar da exploração colonial, retrasou-se a Metrópole em relação ao conjunto da economia européia. Mas a historiografia conservadora prefere sair do problema negando-o: é que Portugal não explorava as colônias, ou mesmo quiçá nem tinha colônias. É porém evidente que com essa atitude valorativa (colonização boa, colonização má) não se caminha no conhecimento do passado histórico.

Todavia, atente-se bem: se o Brasil nunca foi colônia, então a independência torna-se um fenômeno incrivelmente nebuloso. Independência em relação a quê, ou a quem, se não havia "dependência"? De fato, o afã de negar o Sistema Colonial leva necessariamente a caracterizar a independência como uma secessão pura e simples. Mas os problemas continuam. Por que a parte, a maior parte, se separa do todo? Talvez por culpa de malignas *idéias francesas* que contagiaram ingratos súditos da protetora mãe-pátria; ou por causa dos *erros* dos governantes dessa fase conturbada, que não conseguiram timonear satisfatoriamente o barco do Estado. Mas é claro que com juízos de valor não se explicam fenômenos históricos. Os problemas persistem: por que tais idéias encontravam receptividade? Quais as alternativas concretas que se ofereciam aos estadistas que se debatiam com a crise? Positivamente, o maniqueísmo não é um bom método para interpretar a História.

No melhor dos casos, essa perspectiva distorcida nos afirma que o Brasil se separou porque amadurecera para a emancipação. Se nos aprofundarmos porém na análise desse *amadurecimento*, iremos esbarrar inapelavelmente nos mecanismos profundos da crise do Sistema Colonial.

O que se deve pois entender por crise do Sistema Colonial?

Em primeiro lugar, não se pode pensar em crise de um sistema que não derive do próprio funcionamento desse mesmo sistema; noutros termos, o desarranjo não pode vir induzido de fora, pois nesse caso não se poderia falar em crise do sistema. Por esse motivo, o Sistema

Colonial do Antigo Regime tem de ser apreendido como uma estrutura global subjacente a todo o processo de colonização da Época Moderna, como já indicamos, não apenas nas relações de cada metrópole com as respectivas colônias. Nessas relações particulares – ou, como se diz, nos sistemas coloniais portugueses, espanhóis, franceses etc. – a crise dá sempre impressão de vir de fora, porque na realidade procede do desequilíbrio do todo. Assim, é para os mecanismos profundos de estrutura que devemos nos voltar primeiramente, para depois irmos nos aproximando com segurança dos casos particulares.

Ora, encarada no conjunto, a colonização dos séculos XVI, XVII e XVIII (e o movimento colonizador foi certamente um dos aspectos mais salientes da Época Moderna) apresenta-se-nos essencialmente marcada por sua dimensão mercantilista; quer dizer, a ocupação e a valorização econômica das novas áreas pelos europeus – a chamada europeização do mundo – assume a forma mercantilista nesse período. Isto não decorre apenas da contemporaneidade dos dois fenômenos (expansão colonial e política mercantilista), já de si muito significativa, senão que se revela seja na análise genética (como a colonização se engendrou), seja estrutural (qual a posição e quais as relações com os demais componentes do Antigo Regime) da própria colonização europeia.

Examinada nas suas origens, a colonização mercantilista aparece como um desdobramento da expansão comercial; isto significa que não se confunde com o seu ponto de partida: e de fato, com a colonização a ação econômica ultramarina dos europeus ultrapassa a órbita da circulação de mercadorias para a da sua produção (o que envolvia povoamento etc.); mas significa também que se mantinham aspectos essenciais do primeiro movimento: e de fato, o sentido básico mantém-se, as mercadorias são produzidas para o mercado europeu. Logo, a função no conjunto continua a mesma, que vinha da exploração puramente comercial, que fora o grande movimento dos Descobrimentos, por meio do qual se superara a crise da economia mercantil europeia no fim da Idade Média e início da Moderna. Por intermédio da expansão (séculos XV e XVI), superara-se a depressão monetária europeia e se reativara a acumulação de capital por parte da burguesia mercantil. Ao se desdobrar em colonização, o movimento expansionista apenas aprofunda ou antes amplia este mecanismo: desenvolve-se para ativar a acumulação de capital comercial na Europa, isto é, acumulação por parte da burguesia mercantil, que é uma forma de acumulação originária.

Analisada nas suas conexões com os demais componentes essenciais do mesmo conjunto (Antigo Regime), a mesma natureza da colonização se revela. Quais são, primeiramente, esses outros componentes? No plano político, a Época Moderna assiste ao predomínio do absolutismo, que foi a forma política preponderante nesta fase de formação dos Estados nacionais modernos; no nível econômico, a economia européia assume a forma do chamado capitalismo comercial, fase intermediária e de formação do capitalismo, na qual as relações de mercado não dominam o conjunto da vida econômica, mas já o setor mercantil se constitui no setor dinâmico da economia; no âmbito da vida social, a sociedade estamental persiste, isto é, a estruturação a partir dos princípios do privilégio jurídico, comportando já porém numa das ordens (o terceiro Estado) uma crescente diferenciação de classes: não é uma sociedade de classes, mas contém classes no seu bojo.

As inter-relações entre esses vários componentes do Antigo Regime não são difíceis de perceber. A “sociedade de ordens”, já não feudal, ainda não burguesa, prende-se, de um lado, à forma ultracentralizada que assume o poder absolutista nos Estados monárquicos, de outro, aos limites do desenvolvimento da economia de mercado ou à persistência de amplos setores pré-mercantis. A centralização absolutista e a teorização da origem extra-social do poder (direito divino) aparecem como a única possibilidade de manter-se a coesão numa sociedade tão essencialmente heterogênea, porque estruturada a partir de princípios distintos; a monarquia de direito divino absolutista funda-se exatamente nesse relativo equilíbrio político de forças sociais, e o pressupõe. Com isto (persistência da nobreza, restos de relações servis, consumo suntuário não reprodutivo de parte do excedente etc.) ficam limitadas necessariamente as possibilidades de expansão do setor mercantil da economia, e pois de ascensão da camada burguesa da sociedade; efetivamente, nesta primeira fase do capitalismo em formação, pelo fato de o lucro se realizar predominantemente na circulação sob a forma de capital comercial e, pois, a camada empresária não deter o domínio do parque produtor, o processo e o ritmo da acumulação encontram-se de certo modo bloqueados, quer dizer, o setor de mercado da economia do Antigo Regime tem poucas condições de um intenso e rápido desenvolvimento auto-sustentado. Para manter-se crescendo, necessita de apoio extra-econômico, do Estado; ora, exatamente, o Estado absolutista pode exercer essa função, dada a extrema centralização do poder; e mais: precisa

exercê-la para fortalecer-se, em relação aos outros Estados, pois nessa fase de formação os Estados se desenvolvem uns contra os outros. Daí a política econômica mercantilista, que no fundo visa essencialmente a enriquecer o Estado para torná-lo forte, mas ao fazê-lo desenvolve a economia mercantil e acelera, então, a acumulação de capital de forma primitiva. Assim se fecha o circuito das inter-relações.

Nesse contexto, a colonização aparece claramente como um elemento da política mercantilista, e pois visando aos mesmos fins. Aos elementos internos (toda a política de privilégios, monopólios etc.) da política econômica somam-se os externos – colonização e política colonial: a aceleração no ritmo da acumulação de capital é o objetivo de todo o movimento. Daí a extensão quase diríamos surpreendente que o fenômeno assumiu na Época Moderna. Os mecanismos pelos quais a colonização se ajusta às funções que exerce no conjunto maior é que se devem denominar Sistema Colonial; e são basicamente o regime do exclusivo metropolitano do comércio colonial, o escravismo africano e o tráfico negreiro. Por meio desses componentes estruturais básicos, a colonização se desenvolve dentro dos quadros de possibilidades do sistema, e, ao desenvolver-se, promove a aceleração de capital comercial na Europa.

Até aqui, as condições de equilíbrio. Mas o nosso problema é compreender a crise.

Retomemos, portanto, à noção de crise engendrada no próprio sistema. É que a contradição é inerente à sua natureza, quer dizer, ao funcionar desencadeia tensões que, acumulando-se, acabam por extravasar seu quadro de possibilidades. Não é possível explorar a colônia sem desenvolvê-la; isto significa ampliar a área ocupada, aumentar o povoamento, fazer crescer a produção. É certo que a produção se organiza de forma específica, dando lugar a uma economia tipicamente dependente, o que repercute também na formação social da colônia. Mas, de qualquer modo, o simples crescimento extensivo já complica o esquema; a ampliação das tarefas administrativas vai promovendo o aparecimento de novas camadas sociais, dando lugar aos núcleos urbanos etc. Assim, a pouco e pouco se vão revelando oposições de interesse entre colônia e metrópole, e quanto mais o sistema funciona, mais o fosso se aprofunda. Por outro lado, a exploração colonial, quanto mais opera, mais estimula a economia central, que é o seu centro dinâmico. A industrialização é a espinha dorsal desse desenvolvimento, e quando atinge o nível de

uma mecanização da indústria (Revolução Industrial), todo o conjunto começa a se comprometer porque o capitalismo industrial não se acomoda nem com as barreiras do regime de exclusivo colonial nem com o regime escravista de trabalho.

Tal é o mecanismo básico e estrutural da crise, no seu nível mais profundo, e ele não decorre de nenhum “erro” ou malevolência dos autores do drama, antes procede do próprio funcionamento necessário do sistema. É claro que não se pode nem de longe pretender explicar as ações humanas no curso dos acontecimentos direta e imediatamente por esses mecanismos de fundo. Mas, por outro lado e igualmente, não se pode prescindir deles numa compreensão global; eles são o ponto de partida, delimitam os marcos estruturais, que condicionam imediata e indiretamente o curso da história. Em outras palavras: a tarefa, verdadeiramente fascinante, do historiador, será procurar as mediações que articulam os processos estruturais com a superfície flutuante dos acontecimentos.

Considerado o Antigo Regime como um todo interdependente, bastariam esses mecanismos de crise no setor colonial para comprometer o conjunto. Mas nas próprias metrópoles, isto é, no centro dinâmico do sistema, as contradições emergem de seu próprio funcionamento. Aplicada a política mercantilista pelos vários Estados, as relações internacionais tendem para um belicismo crônico, que só pode ser resolvido pela hegemonia final de um deles. Internamente, nos vários Estados, e em função dessa mesma desenfreada competição, a política de fomento econômico vai-se tornando condição de sobrevivência; ora essa política não se pode implementar sem promover o progresso burguês, rompendo assim o equilíbrio de forças sobre que se fundava o Estado absolutista: o estatismo econômico vai, assim, deixando de ser visto como uma alavanca para o desenvolvimento, pela camada burguesa em vias de dominar todo o processo de produção – o intervencionismo do Estado absolutista começa a ser considerado um entrave. A burguesia começa a tomar consciência de si mesma, e se incompatibilizar com o Antigo Regime. No centro dinâmico e na periferia complementar, a velha estrutura, aparentemente tão sólida, se compromete e começa a vacilar nos seus alicerces. Abre-se a fase de reformas, alternativa para a revolução.

Nunca será demais insistir que esse esquema interpretativo não se propõe como sucedâneo dos estudos monográficos que devem iluminar

cada processo específico, nem como modelo adaptável a toda e qualquer circunstância. Antes se apresenta como marco para as reflexões, ponto de partida e não de chegada. A tarefa decisiva, já o indicamos, consiste no estabelecimento das mediações que articulam a estrutura fundamental com a flutuação dos eventos. Para ser assim entendido, três observações parecem-nos indispensáveis.

Em primeiro lugar, o arcabouço básico não pode conter nem mesmo moldar todas as manifestações do fenômeno, sendo a realidade histórica sempre muito mais rica, quase diríamos infinita nas suas possibilidades. Assim, na colonização da Época Moderna, nem todas as colônias se conformam segundo as linhas do sistema; é o caso das chamadas colônias de povoamento, que discrepam da tendência geral. Mesmo nas colônias de exploração, que são as típicas, nem todas as manifestações da vida econômica, política, religiosa etc. exprimem-se segundo as linhas de força do colonialismo mercantilista. Basta pensar em certos aspectos da colonização dos países ibéricos, como, por exemplo, a catequese. De qualquer modo, o que sustentamos é que a partir do sentido mais profundo do fenômeno, que o esquema interpretativo procura descrever, é que se pode analisar e compreender as variações, e não o contrário.

Também é indispensável ter presente, em segundo lugar, que os mecanismos do sistema, por serem globais, só funcionam naturalmente no conjunto, isto é, encarando-se de um lado as economias coloniais periféricas e, de outro, as centrais européias. As primeiras estimulavam o desenvolvimento econômico das segundas, dentro do Sistema Colonial do mercantilismo. Como, entretanto, a colonização se processou dentro de um quadro de aguda competição internacional, a assimilação dos estímulos advindos da exploração do Ultramar caía na arena das competições econômicas e políticas, podendo os estímulos transferirem-se de umas para as outras das metrópoles colonizadoras. Os exemplos de Portugal e Espanha vêm logo à mente.

Finalmente, a terceira observação: ela é a mais importante para entendermos a crise, e nela inserirmos os movimentos de independência. É que o sistema, por assim dizer, não precisa esgotar suas possibilidades para entrar em crise, e se transformar. O que chamamos Sistema Colonial, na realidade, é subsistema de um conjunto maior, o Antigo Regime (capitalismo comercial, absolutismo, sociedade de *ordens*, colonialismo), e se movimenta segundo os ritmos do conjunto, ao mesmo tempo que o impulsiona. Assim, não foi indispensável que se completasse a industria-

lização (no sentido de Revolução Industrial) de toda a economia central para que o sistema se desagregasse; bastou que o processo de passagem para o capitalismo industrial se iniciasse numa das metrópoles para que as tensões se agravassem de forma insuportável. É que, na realidade, o Antigo Sistema Colonial se articula funcionalmente com o capitalismo comercial, e quando este se supera, as peças do todo já não são as mesmas. Mais rigorosamente, ainda, a competição entre as metrópoles européias (inerente ao sistema, como indicamos) resolveu-se na segunda metade do século XVIII pela hegemonia inglesa; daí ser a Inglaterra a que primeiro abriu caminho no industrialismo moderno. Daí também, e contemporaneamente, esta nação ficar em posição de ajustar todo o sistema a seus interesses, a começar pelo enquadramento das colônias da Nova Inglaterra, até então bafejadas pela tolerância metropolitana. É sabido que esse esforço por enquadrar essas colônias de povoamento nas linhas da política mercantilista engendrou as tensões que resultaram na Independência dos Estados Unidos da América.

A partir de então pode-se falar que a crise estava aberta – uma colônia que se torna nação independente ultrapassa totalmente o quadro de possibilidades do sistema. O último quartel do século XVIII e o primeiro do XIX foram efetivamente um longo período de reajuste do conjunto, com alternativas de movimentos reformistas e rupturas revolucionárias: a penosa superação, enfim, da dominação colonial nas Américas, e do absolutismo político na Europa. Este, a nosso ver, o quadro de fundo, a partir do qual se pode analisar o movimento de nossa independência, para lhe dimensionar o verdadeiro significado histórico.